

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Confiança	2
Título: Governo tenta amenizar tensão eleitoral de petroleiras	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Para banco, etanol e pecuária elevam receita de produtor de milho em 150%	3
Título: Preços do Petróleo atingem o maior valor em quatro anos	5
Título: Petroleiras pedem estabilidade após eleição no Brasil	6
Título: Eleição reforça instabilidade no dólar e na Bolsa	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Energia e câmbio elevam custos industriais	9
Título: É a eleição, estúpido	10
Título: » Quente.	10
Título: Após quatro anos, preço do petróleo supera os US\$ 80	11
Título: O Brasil e a COP 24 na Polônia	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Petróleo dispara e turbina leilão	14
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: ANP busca manter interesse de investidor em meio a transição	16
Título: Resolução sobre fórmula de cálculo dos preços divide setor de derivados	18
Título: Custo do compliance é elevado, mas traz benefícios	20
Título: Destaques	21
Título: Opep leva petróleo ao maior nível em quase quatro anos	22
Título: Fornecedoras para setor de óleo e gás já ensaiam reação	24

Título: OEC almeja conquistar R\$ 4 bi em obras de energia	26
Título: Curtas	27
Título: Fusão da Barrick com Randgold cria gigante no ouro de US\$ 18 bi	28
Título: Cade aponta aprovação de aquisição pela Omega	30
Título: Consumo de aço sobe; produção cai	31

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Confiança

Opinião do Globo

SE CONFIRMADA uma disputa intensa no leilão de áreas do pré-sal na sexta, o país e os políticos receberão uma mensagem positiva de investidores estrangeiros. Porque se estará a uma semana do primeiro turno, numa eleição em que há candidatos que prometem mudar regras na exploração de petróleo.

UM LEILÃO concorrido significará que existe a percepção de que o Brasil cumpre contratos. Portanto, mesmo que a regulação mude, ela não retrocederá. Ocorre assim onde vigora o Estado democrático de direito. E nada indica que deixará de ser assim.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/09/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez e Bruno Rosa

Título: Governo tenta amenizar tensão eleitoral de petroleiras

Preço internacional do barril ultrapassa US\$ 80 e chega ao patamar mais alto em quatro anos, aumentando interesse por leilões

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, tentou tranquilizar ontem as petroleiras sobre os rumos do setor após as eleições

presidenciais. Na abertura da feira Rio Oil & Gas, no Riocentro, o secretário afirmou que qualquer candidato eleito deverá manter as principais mudanças introduzidas recentemente na regulamentação do setor, que, segundo ele, permitiram a retomada de investimentos na indústria do petróleo nos últimos dois anos.

Além da 5ª Rodada de licitação de áreas do pré-sal, na próxima sexta-feira, com previsão de arrecadação de quase R\$ 7 bilhões, Félix destacou o provável leilão do excedente de petróleo da área da cessão onerosa (acordo pelo qual a Petrobras foi capitalizada em 2010) como um divisor de águas no setor. As perspectivas de arrecadação na casa de R\$ 100 bilhões, além de royalties e investimentos, seriam incentivos para o próximo presidente não alterar regras, disse Félix:

— Acredito que prevalecerá o bom senso porque os resultados são pujantes. O Brasil precisa disso. Talvez, dependendo da linha do eleito, pode ter um ajustezinho para lá ou para cá, mas acredito que isso será mantido.

SEGURANÇA JURÍDICA

Executivos como André Araújo, da Shell, e Miguel Pereira, da Galp, admitiram que a eleição preocupa o setor, mas disseram acreditar na tradição brasileira de respeito aos contratos. A empresa portuguesa investe US\$ 1 bilhão por ano no Brasil. Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que disse pretender ficar no cargo até o fim do seu mandato, em 2020, criticou o fato de o país voltar a discutir o papel do Estado no setor a cada eleição. Já José Firmo, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), destacou que o setor petrolífero vive um momento de retomada no Brasil e no mundo.

Contribui para isso a alta do preço do petróleo. Ontem, o Brent, referência no mercado internacional, atingiu o maior patamar em quase quatro anos. Ultrapassou a barreira de US\$ 80 e fechou negociado a US\$ 81,20. A alta de 3,1% ontem foi impulsionada pela decisão da Opep, cartel que reúne os maiores produtores do mundo, de não aumentar a produção, contrariando pedido do presidente dos EUA, Donald Trump.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Mauro Zafalon

Título: Para banco, etanol e pecuária elevam receita de produtor de milho em 150%

Vaivém das commodities

A evolução da produção de milho será constante em Mato Grosso, e os produtores terão alguns cenários interessantes para a comercialização do cereal. Um deles é a verticalização da produção, por meio da instalação de usinas de etanol.

As receitas das vendas de etanol e do DDGS (coproduto rico em proteínas oriundo da industrialização do cereal) podem render 90% mais por hectare para os produtores do que simplesmente venderem o milho.

Se a opção for usar o DDGS em confinamento na própria fazenda, as vendas do etanol e da carne poderão gerar receitas até 150% maiores, por hectare, do que a venda do milho.

As informações fazem parte do último estudo de uma série sobre o potencial de Mato Grosso e a verticalização da produção feita pelo Rabobank, banco especializado em agronegócio.

Victor Ikeda, responsável pelas áreas de soja, milho e algodão do banco, mostra que com uma área de 6.200 hectares de milho safrinha o produtor obterá 10 milhões litros de etanol e 6.300 toneladas de DDGS.

Se ele aproveitar o resíduo da produção do combustível em um confinamento, poderá obter 154 mil arrobas de boi gordo. Além disso, há a possibilidade da utilização da compostagem do esterco como complementação de fontes minerais para a produção de fertilizante organomineral.

Para gerar a mesma receita da venda de etanol e de carne, provenientes da industrialização do milho produzido em 6.200 hectares, o produtor precisaria vender a produção do cereal em uma área equivalente de 15,5 mil hectares, nos cálculos de Ikeda.

A soja foi o carro-chefe no plantio de grãos em Mato Grosso, abrindo caminho também para o milho. A partir da safra 2022/23, porém, a produção do cereal deverá superar a da oleaginosa. A produtividade de milho é o dobro da de soja por hectare.

Nas últimas cinco safras, 17% do milho produzido em Mato Grosso foi consumido no estado e 61%, exportado. O consumo, que é de 5 milhões de toneladas, deverá subir para 10 milhões em 2023.

O aumento de produção no estado virá da conversão de áreas de pastagens subaproveitadas. Atualmente, 50% da área de soja é aproveitada também para a produção de milho. Em 2023, o percentual deverá subir para 60%.

O aumento ocorrerá graças ao manejo econômico, variedades mais precoces de milho e novos projetos de irrigação.

Os produtores matogrossenses semearam 4,6 milhões de hectares com milho neste ano. Em 2023, a área será de 6,9 milhões, e a produção atingirá 43 milhões de toneladas.

Maior consumo, contudo, não é garantia de preço, que vai depender de oferta e demanda, das cotações internacionais e da logística de transporte, afirma Ikeda.

O cenário é bom, mas o produtor terá de avaliar os riscos antes de tomar decisões. A complexidade do projeto aumenta de acordo com o grau de verticalização que se aplica, exigindo mais investimentos.

Além disso, há uma indefinição no mercado de combustível e carências na modernização e na execução de novos projetos na indústria frigorífica no estado, alerta o analista do Rabobank.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Preços do Petróleo atingem o maior valor em quatro anos

Os preços do petróleo tipo Brent, usado como referência global, ultrapassaram a barreira dos US\$ 80 (R\$ 327) por barril nesta segunda (24), atingindo o maior valor em quatro anos. A disparada deve manter a pressão sobre o preço da gasolina brasileira, que já é o maior desde 2008.

A alta nas cotações do petróleo respondeu a resistência de Arábia Saudita e Rússia a atender a pedido do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para aumentarem a produção. O Brent fechou o pregão em alta de 3,1%, a US\$ 81,20 por barril. Já a cotação WTI, outra referência, subiu 1,8% a US\$ 72,08 o barril.

No domingo (23), membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e aliados, incluindo a Rússia, maior produtor do mundo, encontraram-se na Argélia para reunião que terminou sem uma recomendação formal de aumento adicional da oferta para compensar o declínio do fornecimento do Irã.

Desde o início das sanções norte-americanas àquele país, os embarques de petróleo iraniano caíram em 500 mil barris por dia, disse em evento no Rio a analista sênior da Agência Internacional de Energia, Tori Bosoni. Ela diz que

devem cair ainda mais, já que da última vez em que o Irã sofreu sanções, o corte chegou a 1,1 milhão de barris por dia.

Além disso, a Venezuela continua perdendo produção, diante da crise financeira da estatal PDVSA. Segundo Bosoni, o corte deve chegar a 1 milhão de barris por dia este ano. “O mercado está muito apertado”, afirmou ela.

Na reunião de domingo, a Arábia Saudita, líder de produção da Opep, e seu maior aliado não pertencente ao grupo, a Rússia, recusaram a demanda de Trump por mudanças que esfriem o mercado. “Eu não influencio os preços”, disse o ministro da Energia saudita, Khalid al-Falih.

A escalada do petróleo chega ao bolso do consumidor brasileiro por meio do repasse aos combustíveis. Na semana passada, após uma série de altas nas refinarias, o preço da gasolina nas bombas chegou a R\$ 4,65, o maior valor desde janeiro de 2008 — desconsiderando os picos de preços na greve dos caminhoneiros.

Nesta terça (25), depois de dez dias de estabilidade, a Petrobras reduzirá o preço da gasolina em suas refinarias, para R\$ 2,2381 por litro, 0,6% a menos do que o valor vigente desde o dia 14, quando a estatal iniciou o uso de mecanismo para segurar os repasses.

A tendência, porém, é que o alívio seja breve. “Os fundamentos do mercado ainda são de alta”, disse o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ele não descarta que, dependendo do cenário, as cotações caminhem para US\$ 100.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petroleiras pedem estabilidade após eleição no Brasil

Maior feira de petróleo do Brasil, a Rio Oil & Gas foi iniciada nesta segunda com apelos por estabilidade das regras após as eleições. O setor teme que o próximo governo provo que novas mudanças no marco regulatório atual, depois que as petroleiras gastaram R\$ 21 bilhões para arrematar áreas exploratórias no país.

“É difícil [trabalhar] em um país onde não temos consensos básicos, como qual é o papel do Estado, onde a cada quatro anos se discute se vamos avançar no capitalismo ou se vamos caminhar para o socialismo”, disse o diretor-geral da ANP, agência do setor, Décio Oddone.

Entre os três principais candidatos à Presidência da República, Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) têm proposta considerada mais estatizante, com presença maior da Petrobras na exploração de petróleo no país.

Já o líder nas pesquisas, Jair Bolsonaro (PSL) é visto como uma incógnita pelo setor, embora seu programa de campanha traga uma visão mais liberal da economia. Executivos ouvidos pela Folha dizem não saber o que esperar de suas políticas para o petróleo.

O presidente do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), José Firmo, pediu manutenção do marco regulatório estabelecido no atual governo, que agradou as petroleiras ao por fim à exclusividade da Petrobras no pré-sal e reduzir as obrigações de compras de equipamentos nacionais.

“Esse evento começa em um momento crítico do novo ciclo. Depois da mais longa crise do setor, felizmente nos encontramos em processo de retomada”, disse Firmo, em seu discurso de abertura. Também nomeado por Temer, **o secretário de Petróleo e Gás do MME, Márcio Felix**, disse acreditar que “haverá bom senso” em quem vencer a eleição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eleição reforça instabilidade no dólar e na Bolsa

A instabilidade esperada para as duas últimas semanas antes da eleição se materializou nesta segunda-feira (24). O dólar voltou a registrar alta, ficando próximo dos R\$ 4,10. A Bolsa brasileira caiu mais de 1%.

O dólar, que chegou a cair pela manhã, avançou 0,98% e terminou o dia a R\$ 4,0880. No exterior, o desempenho da moeda americana ante emergentes foi misto: de uma cesta de 24 divisas, o dólar ganhou força sobre a metade.

A alta do dólar nesta segunda ocorre após a moeda americana ter acumulado perda de 2,86% na semana passada. A instabilidade já era esperada para os dias que antecederiam as eleições.

Nesta segunda, foi divulgada a pesquisa telefônica semanal de intenção de voto do BTG Pactual, que mostrava estabilidade de Jair Bolsonaro (PSL), com 33% da preferência dos eleitores, e o avanço de Fernando Haddad (PT), que saiu de 16% para 23%. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, e a pesquisa foi registrada no TSE pelo protocolo BR-03861/2018.

“Não vi nenhum grande diferencial em relação às demais pesquisas apresentadas nos últimos dias”, disse Roberto Indech, da Rico Corretora.

Ele diz que o levantamento do site Poder360 já mostrava esse avanço de Haddad acima de 20% na preferência dos eleitores.

Desde que Haddad foi oficializado como candidato petista, as pesquisas passaram a refletir o avanço dele na preferência dos eleitores.

A consolidação do petista na segunda colocação de pesquisas também fez com que o mercado financeiro abandonasse esperanças na candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB), visto como o mais alinhado às propostas de reformas que consideram necessárias para a recuperação da economia brasileira.

O dia também foi marcado pela expectativa em relação aos números do Ibope, que seriam divulgados após o fechamento do mercado.

“Estamos a menos de 15 dias das eleições. Toda pesquisa é de extrema importância”, escreveu a corretora Guide em relatório.

A Bolsa brasileira se moveu ancorada por motivos semelhantes nesta segunda. O Ibovespa, principal índice acionário do país, cedeu 1,83%, a 77.984 pontos após acumular alta expressiva na semana anterior e se reaproximar dos 80 mil pontos.

O índice foi afetado pelas ações de bancos, que registraram perdas acima de 2%.

A Petrobras terminou o dia em queda apesar da disparada dos preços do petróleo. Nesta segunda, o barril do brent avançou mais de 3% e fechou acima dos US\$ 81 pela primeira vez em quatro anos. Internamente, a estatal decidiu reduzir o preço da gasolina nas refinarias, após o combustível atingir o maior preço em 10 anos, segundo cálculo feito pela Folha com o desconto da inflação.

No exterior, o dia tampouco foi positivo para as Bolsas mundiais, que passaram por realização de lucros após terem renovado máximas históricas na semana passada. Por lá, pesa a escalada da disputa comercial entre Estados Unidos e China, com a entrada em vigor de novas tarifas sobre produtos negociados entre os dois países. O Dow Jones cedeu 0,68%, enquanto o S&P 500 caiu 0,35%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 25/09/2018**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Energia e câmbio elevam custos industriais

Além da demanda insatisfatória, a indústria enfrenta novos problemas, como a alta de custos. Esta foi constatada na pesquisa Indicador de Custos Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), relativa ao segundo trimestre de 2018, que apontou uma elevação de 3,7% em relação aos custos do trimestre anterior.

Embora a indústria tenha conseguido enfrentar o problema no período, é grande a probabilidade de as dificuldades ganharem corpo no semestre em curso, quando as incertezas econômicas são enormes e a contenção predomina tanto entre consumidores como entre investidores. O aumento dos custos do segundo trimestre decorreu da pressão dos bens intermediários, que subiram 6,4% em razão da alta do dólar e das tarifas de energia (+8,5%).

Estes custos foram pressionados pela evolução de 24,4% dos preços do óleo combustível. O terceiro fator de elevação de custos foi a greve dos transportadores, que provocou escassez de bens e serviços. A alta só não foi maior por causa de um fator negativo: o custo com pessoal avançou apenas 0,2%, num contexto de forte desemprego.

A indústria não se saiu de todo mal. Conseguiu repassar as altas para os consumidores, que pagaram em média 3,8% mais pelos produtos manufaturados, o que preservou a lucratividade das companhias. Os técnicos da CNI avaliam que a indústria ganhou competitividade no período. Para isso contribuiu a queda de 1,7% no índice de custo tributário e de 3,8% no índice de custo com capital de giro – neste caso, em decorrência da ligeira queda dos juros ativos cobrados dos clientes pelos bancos.

Entre os problemas à frente, o mercado de câmbio continua mostrando pressões sobre o real e, em consequência, sobre os custos dos importados. Os bens intermediários importados pela indústria subiram 15,2% no segundo trimestre, o triplo da alta de 4,9% no custo dos bens intermediários domésticos.

Outro problema diz respeito ao custo da energia, que também está em alta por causa dos esquemas de subsídios cruzados no setor elétrico e das cotações do petróleo no mercado global, que elevam os custos com óleo combustível.

A preservação da lucratividade e da produtividade da indústria, itens destacados na análise da CNI, é importante para evitar que a indústria volte a se enfraquecer após a queda acentuada dos últimos anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: É a eleição, estúpido

Direto da Fonte

Efeito da alta do barril de petróleo ontem – quando a Rússia e a Opep rejeitaram o pedido de Trump por maior produção – não impactou as ações da Petrobrás. Elas caíram 0,70%, seguindo o mercado brasileiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » Quente.

Coluna do Broadcast

O projeto para a geração de energia fotovoltaica pelo Sertão I Solar atraiu grande demanda para as R\$ 130 milhões de debêntures incentivadas que serão sua única fonte de financiamento. O volume de ordens de interessados nos papéis, com vencimento em 14 anos, superou os R\$ 550 milhões. Diante da procura, o prêmio que compõe a taxa de remuneração oferecida aos investidores, referenciada na variação do NTN-B 2026, caiu de 2,40% para 1,20%. O projeto está localizado no município de João Costa, no Piauí, e está operacional desde setembro de 2017. O Sertão I tem como controladores a Global Power Generation, braço de investimentos em geração de energia fora da Europa da Naturgy Energy Group, com 85% de participação, e pela PVH Brasil (15% de participação).

» Comemorada.

A colocação está sendo bastante comemorada no mercado, por sinalizar que os investidores estão interessados em projetos, mostrando um mercado mais amadurecido. Normalmente, os investidores preferem correr o risco da

empresa emissora do que de um projeto. Nesse sentido, essa operação tem ainda outro diferencial. Ao contrário de outras poucas emissões feitas com risco de projeto solar, as debêntures do Sertão I Solar não carregam garantias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Após quatro anos, preço do petróleo supera os US\$ 80

Máxima foi atingida ontem, depois que a Opep decidiu não aumentar a produção de óleo, contrariando as pressões de Donald Trump

O preço do petróleo negociado na Europa ultrapassou a barreira dos US\$ 80 no pregão de ontem, após quatro anos. Com a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de não aumentar a produção, apesar das pressões de Donald Trump, o barril negociado para setembro saltou 3,05%, para US\$ 81,20, o maior nível desde 2014.

No Brasil, a alta anima as empresas petroleiras que ficam com mais dinheiro em caixa para fazer suas apostas no pré-sal. Na próxima sexta-feira, o presidente Michel Temer realiza o último leilão do seu governo. O atual valor da commodity supera as expectativas das empresas petroleiras, que planejaram investimentos dentro de um cenário bem mais modesto. Cada dólar inesperado que entra no caixa, portanto, é lucro.

A Petrobrás, por exemplo, contava com um barril a US\$ 53 na média deste ano. Com o petróleo a US\$ 62,4 já conseguiria atingir a meta financeira de ter dívida correspondente a 2,5 vezes sua geração de caixa. A US\$ 70 o barril, a métrica chegaria a 2 vezes, desempenho melhor do que o prometido aos acionistas. Na casa dos US\$ 80, são ainda melhores as perspectivas da empresa, que vende seus produtos a preços de mercado internacional.

“Estamos vivendo uma nova fase de crescimento, o fim de um ciclo de crise. Isso não significa que o barril voltará a valer US\$ 140, mas também não custa US\$ 30, como no pior momento”, disse José Firmo, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), após participar da cerimônia de abertura do congresso Rio Oil & Gas, o maior do setor realizado no Brasil.

Ele lembra que, até 2014, o petróleo era comumente negociado a mais de US\$ 100. Em seguida, despencou. No domingo, a Arábia Saudita, líder da Opep, e a Rússia descartaram a possibilidade de aumento na produção de petróleo bruto,

rejeitando efetivamente os pedidos do presidente dos EUA, para medidas que esfriem o mercado.

“Nós protegemos os países do Oriente Médio, eles não estariam seguros por muito tempo sem nós e, ainda assim, eles continuam incentivando preços cada vez mais altos para o petróleo. Nós lembraremos disso. O monopólio da Opep deve baixar os preços agora!”, escreveu Trump em sua conta no Twitter, no dia 20. Preços mais altos de gasolina para consumidores norte-americanos poderiam criar uma dor de cabeça política para o republicano antes das eleições para o Congresso em novembro.

Leilão.

O pré-sal continua a ser o grande atrativo do Brasil, diz ele, que representa grandes empresas petroleiras. O preço do petróleo e também o câmbio apenas ajudam a configurar o cenário atual de “pujança” da indústria petroleira nacional, em sua opinião. O esperado é que as empresas tenham apetite para o leilão de petróleo de sexta-feira.

Mas a alta do barril não chega a ser um critério de definição de participação ou não da concorrência, porque os investimentos neste setor são de longo prazo e conjunturas pontuais não influenciam na decisão de investimento. “O cenário é de volatilidade.

Por isso as empresas precisam ser resilientes para não achar que o preço do dia é para sempre”, disse o presidente da Shell no Brasil, André Araujo. Ele disse que a empresa vai participar da 5.ª Rodada de Pré-sal e afirmou não temer interferências políticas no setor com a mudança de governo em 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Alexandre Uhlig

Título: O Brasil e a COP 24 na Polônia

O Brasil está se preparando para a próxima Conferência das Partes (COP), que será realizada em dezembro, na Polônia. Durante duas semanas, os países apresentarão suas diretrizes para implementar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) nas áreas de mitigação, adaptação e financiamento.

A regulamentação do acordo precisa ser concluída e depende de consenso global sobre pontos cruciais como o financiamento das ações de corte de

emissões de carbono e a avaliação das metas de cada país. Durante a COP 21, realizada em Paris em 2015, o Brasil se comprometeu com a redução de 37% de suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) até 2025, tendo como ponto de partida as emissões de 2005. Na ocasião, para alcançar essa meta o governo brasileiro apresentou uma série de ações em diversos setores da economia, que desde então estão sendo revistas e detalhadas.

Numa iniciativa muito bem liderada pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), foi elaborada por diferentes setores da sociedade – e apresentada ao governo federal – uma proposta de implementação da NDC brasileira. Fugindo do mantra de simplesmente “aumentar a participação de energias renováveis” na matriz energética – que durante anos imperou sobre as propostas apresentadas pelo Brasil de redução das emissões de GEEs para o setor de energia –, a proposta evoluiu e caminha na direção de ações que efetivamente podem contribuir para a redução das emissões de GEEs.

Um passo importante foi o reconhecimento dos setores que mais contribuem para as emissões de GEEs no Brasil: o desmatamento, a agropecuária e o setor de transportes. O passo foi crucial porque, no Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, a geração de energia elétrica não está entre os principais emissores de GEEs.

A falta de percepção da sociedade para os reais responsáveis pelas emissões de GEEs implica uma cobrança equivocada e o estabelecimento de metas desproporcionais para o setor elétrico, que tem cumprido seus compromissos e que pode ser “empurrado” para a ineficiência operacional e tarifária.

O setor elétrico não pode deixar de assumir compromissos cada vez mais ousados em termos de redução de GEEs, mas os setores que mais emitem e que, portanto, podem contribuir mais – e de forma mais econômica – para a redução de GEEs não podem “se esconder” atrás de setores que são cobrados em razão de um diagnóstico “importado” de cenários internacionais que, diferentemente do Brasil, têm no setor elétrico um dos grandes vilões das emissões.

A proposta apresentada pelo FBMC adotou como critérios para selecionar as ações mais relevantes para a redução das emissões de GEEs tanto o potencial de mitigação quanto a compatibilidade com a estratégia de longo prazo e com os impactos sociais.

Com base nesses critérios, as principais ações de mitigação de emissões para o setor elétrico são: 1) aumento do nível de eficiência energética na ponta do consumo; 2) ampliação da geração elétrica de fontes renováveis, tanto centralizada como distribuída, no sistema interligado e em sistemas isolados,

bem como da capacidade de armazenamento de energia; 3) repotenciação de hidrelétricas; e 4) expansão de energias renováveis em localidades isoladas.

O setor elétrico brasileiro é limpo e a expansão das renováveis no Brasil tem sido beneficiada pela crescente competitividade econômica das fontes eólica e solar, mas a inserção dessas fontes impõe um novo desafio para o operador do sistema em razão da variação da geração ao longo do dia pela disponibilidade de vento e sol.

Para fazer frente a esse desafio, pode se contar com a opção termoelétrica e com o potencial hidráulico remanescente associado a um robusto sistema de transmissão. O setor elétrico brasileiro tem espaço para todas as fontes e múltiplas alternativas para manter nosso país entre os que menos emitem GEEs na geração de energia elétrica.

SÃO PRESIDENTE E DIRETOR PARA ASSUNTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/09/2018

Seção: Economia

Autor: Simone kafruni

Título: Petróleo dispara e turbina leilão

Às vésperas do último leilão de petróleo de 2018 e a duas semanas das eleições, o preço do barril do tipo Brent ultrapassou US\$ 80 e atingiu o maior patamar em quase quatro anos, desde novembro de 2014. Para os especialistas, a cotação em alta, impulsionada pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de não aumentar a produção, deve aumentar o interesse pelos quatro blocos que serão ofertados na próxima sexta-feira, na 5ª Rodada de Partilha do Pré-sal. O quadro eleitoral, com crescimento do candidato do PT, Fernando Haddad, também pode pesar na decisão das empresas interessadas, que enxergam nesse leilão uma última oportunidade de entrar no pré-sal.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estipulou bônus de assinatura de R\$ 6,82 bilhões, na soma dos quatro blocos (veja quadro), mas o governo estima que, caso todos sejam arrecadados, royalties, participações e impostos, ao longo dos 35 anos de contrato, devem representar R\$ 180 bilhões. Doze empresas de vários países, entre eles, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Noruega, França e China, estão qualificadas.

Para o especialista em infraestrutura Miguel Neto, sócio sênior do Miguel Neto Advogados, diante de todas as incertezas no Brasil, com o risco de um novo governo entrar e mudar as regras, 12 empresas “é um sucesso que não se esperava”. “Não acredito que as 12 vão fazer ofertas, mas acho que haverá disputa. A alta do barril do petróleo ajuda, mas é só um elemento. A chance de fazer investimento sem a participação da Petrobras e a redução de exigência de conteúdo nacional também aumentam o apetite dos investidores”, afirmou.

A estatal brasileira exerceu o direito de preferência no bloco do Sudoeste de Tartagura Verde por questões logísticas, explicou João Santana, advogado e especialista em gestão de infraestrutura. Isso porque a Petrobras opera na Bacia de Campos. “São 12 grandes petroleiras e acredito que todas vão brigar nas rodadas. O governo deve atingir arrecadação de mais de R\$ 6 bilhões”, destacou.

Na opinião de Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o leilão vai ser um sucesso. “Agora, o tamanho desse sucesso ainda é incerto. As empresas estão vivendo um momento de escolhas difíceis. Se acham que o Haddad vai ganhar, vão com mais apetite, porque pode ser, teoricamente, a última oportunidade de comprar poços. Isso deve elevar bem o ágio”, disse. Porém, Pires destacou que o outro cenário é as empresas não entrarem com tanta força para apostar no leilão de cessão onerosa. “São mais de 7 bilhões de barris de reserva nas melhores áreas”, lembrou. O certame da cessão onerosa ficou para 2019.

Para João Santana, o petróleo é uma commodity cujos investimentos têm tradição de acompanhar oscilações políticas. “As companhias exploram em lugares nada tranquilos. Claro que levam em conta a qualidade política de cada local, mas não acho que o quadro eleitoral seja preponderante”, avaliou. Além disso, o especialista ressaltou que o conceito da cessão onerosa foi criado pelo PT. “Ninguém está acelerando compra por isso. O leilão vai ser bastante tranquilo”, estimou.

Petrobras anuncia redução na gasolina

A Petrobras anunciou ontem a redução de 0,59% no preço médio do litro da gasolina. Com isso, o combustível passa a valer R\$ 2,2381, hoje, nas refinarias. Desde 14 de setembro, o preço era de R\$ 2,2514, máxima histórica após a estatal ter passado a divulgar o preço médio diariamente. O diesel permanece em R\$ 2,2964. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o litro da gasolina está sendo vendido, em média, a R\$ 4,758 no Distrito Federal. O valor máximo chega a R\$ 5,089, e o mínimo, a R\$ 4,439. No início do mês, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção que permite congelar reajustes por até 15 dias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/09/2018****Seção: Especial****Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: ANP busca manter interesse de investidor em meio a transição**

A pouco mais de três meses do fim do governo Temer e em meio às incertezas políticas relacionadas à sucessão presidencial, representantes do setor de óleo e gás e membros do atual governo saíram em defesa, ontem, da continuidade dos leilões de petróleo, nos próximos anos. Diante da ausência do presidente e de ministros na abertura da Rio Oil & Gas, principal evento da indústria petrolífera do país, coube ao diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, fazer os acenos ao mercado, num cenário bem diferente daquele encontrado há dois anos, na edição anterior do evento.

Em 2016, o clima era de euforia com as mudanças por vir. O recém-empossado presidente Temer, e o então ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho, estiveram presentes no evento e anunciaram pessoalmente uma série de promessas que iam desde o esforço do governo para acabar com a operação única da Petrobras no pré-sal até a flexibilização da política de conteúdo local. As promessas foram quase todas cumpridas, mas, dois anos depois, faltam sinais claros sobre o futuro da política energética do país.

O leilão dos excedentes da cessão onerosa, principal trunfo do governo para 2018 e que era aguardado com ansiedade pelas petroleiras, ficou para o próximo governo. A reforma do marco regulatório do gás natural emperrou no Congresso. Some-se a isso o fato de que dois dos candidatos à Presidência mais populares nas pesquisas de intenção de votos - Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) - pregam discursos mais estatizantes para o setor.

A ANP anunciou ontem a publicação da resolução que prevê a redução dos royalties para campos maduros. E abriu consultas públicas para discutir uma série de mudanças regulatórias para o gás natural, dentre as quais o "gas release" - mecanismo pelo qual a Petrobras tem de se submeter a programas de venda obrigatória de gás para estimular a concorrência.

O órgão regulador também publicou medidas para estimular a retomada das atividades em campos terrestres e águas rasas, ao anunciar a intenção de leiloar as áreas em que a Petrobras não mostrar mais interesse em operar. Em seu discurso, Oddone destacou que a indústria de óleo e gás passa por sua maior transformação no Brasil, desde os anos 1950, quando a Petrobras foi criada, e

que o momento é de "institucionalização", segundo o qual o governo cumpre seu papel de "fazedor de política, a ANP, o de regulação, e a Petrobras, trabalhando como empresa".

"A Petrobras deixou de atuar como braço do governo e passou a atuar como empresa de capital aberto. Isso traz responsabilidades inéditas [à ANP]", disse.

Oddone defendeu as regras de transparência na formação dos preços dos combustíveis propostas pela ANP. "Só vamos conseguir criar a indústria que queremos se a indústria atuar com legitimidade frente a sociedade. A transparência e a competição podem contrariar interesses de curto prazo, mas no longo prazo não há outra solução para que indústria tenha legitimidade perante a sociedade."

A ANP divulgou recentemente uma minuta de resolução que obriga a Petrobras e outros agentes com participação relevante no mercado a divulgarem suas fórmulas de reajuste de preços dos combustíveis. O diretor-geral da ANP reforçou, contudo, que a ideia não é intervir nos preços praticados pelas empresas. Oddone destacou também a necessidade de se avançar com a discussão sobre o ritmo de exploração das reservas brasileiras e defendeu acelerar as atividades, já que o "petróleo caminha para sua obsolescência".

"O contrato do excedente está há cinco anos sendo discutido. Parece que somos ricos e não precisamos desses recursos", questionou.

O secretário-executivo do MME, Márcio Félix, fez coro e defendeu a necessidade de realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa, seja qual for o candidato eleito à Presidência da República. Os excedentes são os volumes que ultrapassam os 5 bilhões de barris cedidos à Petrobras no pré-sal, em 2010, como parte do processo de aumento da participação da União no capital da estatal.

"O leilão do excedente da cessão onerosa, que ficou para o ano que vem, é um divisor de águas. Acredito que isso seja preservado", disse.

Segundo ele, a depender do próximo governo que assumir o país, podem haver pequenas mudanças "para um lado ou para o outro", mas ele disse acreditar que "prevalecerá o bom senso". Félix anunciou ainda a intenção do governo de deixar aprovado, para o sucessor, novos leilões de áreas petrolíferas para os próximos três anos.

O presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), José Firmo, por sua vez, disse que é difícil prever qual o prazo da indústria petrolífera tradicional. Devido a essa incerteza, o presidente do IBP defendeu a aceleração da transformação de reservas petrolíferas em riqueza e acrescentou que as fontes fósseis se

complementam às renováveis. "Temos 30, 50 ou 100 anos a mais? Qual seria o nosso horizonte de tempo?", questionou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Especial

Autor: Bruno Villas Bôas, Cláudia Schüffner e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Resolução sobre fórmula de cálculo dos preços divide setor de derivados

A minuta de resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que pretende obrigar que produtores e importadores de combustíveis informem todos os componentes usados para formação dos preços desses derivados voltou a gerar controvérsias ontem, durante a Rio Oil & Gas.

Após ouvir críticas, o diretor-geral da agência, Décio Oddone, refutou a possibilidade de intervencionismo e defendeu maior transparência da política de preços.

A ANP vai iniciar audiência pública sobre o assunto em 3 de outubro, depois de concluir o período de consulta pública. A iniciativa não tem relação com as medidas adotadas pelo governo após a greve dos caminhoneiros no fim de maio, quando houve manifestações contra os altos custos do diesel que levaram a um acordo que prevê subsídio de R\$ 9,5 bilhões e obriga que os aumentos tenham periodicidade mensal.

Roberto Castello Branco, ex-diretor da Vale, ex-conselheiro da Petrobras e diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elogiou as medidas adotadas pela ANP no setor de petróleo e gás como a retomada dos leilões e o aumento da transparência proposta pela agência. Mas criticou a existência de um "modelo" de preços para empresas privadas. "Defendemos liberdade de preço. Nada substitui essa liberdade de preços", disse Castello Branco, que se disse favorável à privatização de partes da Petrobras.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), a criação de uma fórmula não combina com liberdade de preços. "Combina com conluio, cartel ou outras coisas parecidas", disse Pires, lembrando que a criação de uma fórmula nos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu em um momento em que a Petrobras ainda detinha o monopólio de fato e de direito. "A agência reguladora não pode tratar de preços", continuou, durante sua apresentação na Arena **Valor** do Conhecimento, na Rio Oil & Gas, no Rio.

Pires lembrou que os preços praticados pela Ambev, por exemplo, não são regulados, apesar de a fabricante de bebidas ser monopolista. "Se a Ambev ou a Petrobras fizerem abuso de preços, o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] tem que chamar. Para acabar com o monopólio tem que ser direto", afirmou.

Em uma participação surpresa, já que a agência foi representada por Bruno Caselli, superintendente da ANP, Oddone, refutou as afirmações de Pires. O diretor-geral da ANP negou que a agência esteja fazendo uma intervenção nos preços ou que queira forçar a criação de uma fórmula pelos agentes.

Pires disse a Oddone que o mercado se autorregula, embora "as pessoas não acreditem nisso". "Isso merece uma reflexão, porque o caminho que vocês estão tomando lembra mais regulação em excesso, o que pode significar intervencionismo", afirmou. "Não é intervencionismo", refutou Oddone.

O diretor do CBIE disse que a palavra fórmula consta na minuta de resolução e ouviu de Oddone o compromisso de retirá-la. "O ideal é não ter monopólio, ainda estamos longe", concluiu o diretor-geral da ANP, cujo mandato vai até dezembro de 2020.

Presentes ao evento, representantes de candidatos a presidente e especialistas no setor de petróleo também defenderam maior transparência no cálculo dos preços. Roberto Kishinami, da candidata Marina Silva (Rede), pediu uma política semelhante àquela usada pelo setor elétrico, com preços conhecidos antecipadamente pelos consumidores. "Há isso no setor elétrico: a contabilização de quais são os custos diários para produzir, transmitir e distribuir a eletricidade. A partir disso, se estabelece períodos para reajustes", disse. "A ANP pode administrar isso".

Já o representante do candidato Geraldo Alckmin (PSDB), Dirceu Abrahão, defendeu a livre flutuação dos combustíveis. Ele sugere a adoção de um imposto flexível sobre o preço dos combustíveis, que oscilaria nos momentos de maior volatilidade do preço do barril de petróleo no mercado internacional. "O que propomos é que os combustíveis acompanhem os preços do mercado internacional, sem fazer invenções", disse.

O destino que o próximo governo dará à Petrobras será determinante para o futuro do setor no Brasil, o que inclui, além da política de preços, a exploração do pré-sal, segundo especialistas. O ex-presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) Jorge Camargo lembrou que, ao recuperar suas finanças, a estatal pode se tornar o principal motor da indústria. Camargo acredita que "qualquer governo minimamente pragmático" vai pelo menos

ouvir a oportunidades que o investimento privado pode trazer para o setor petrolífero.

Para o professor do Instituto de Economia da UFRJ Edmar Almeida, é muito importante o que o governo fará com a estatal. "Vamos deixar a empresa recuperar a saúde financeira e escolher onde investir ou vamos criar problemas para ela conseguir se sustentar financeiramente, o que vai reduzir o investimento no pré-sal?".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Especial

Autor: Bruno Villas Bôas e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Custo do compliance é elevado, mas traz benefícios

Depois de cinco anos da aprovação da Lei Anticorrupção, o compliance vem ganhando a atenção das empresas da indústria de petróleo, especialmente com os escândalos revelados pela Operação Lava-Jato. Especialistas que participaram da Arena **Valor** de Conhecimento ontem, na Rio Oil & Gas, afirmam que os eventos mostram que o custo de não ter compliance pode ser maior do que o investimento necessário para implementá-lo nas companhias.

Segundo Marlon Jabbur, sócio-líder de Investigação de Fraudes para América Latina da consultoria EY, os investimentos em compliance para empresas não são exatamente baratos. Ele menciona gastos para contratação de especialistas, de prestadores de serviços para "evangelizar" a empresa e de promover uma mudança da cultura interna, parte que considera das mais difíceis no processo.

"O custo de não fazer o compliance, porém, é proibitivo. Se você for carregado para a situação de investigação, os impactos são diversos. Tem impacto na ação, valor de mercado, custo da própria investigação, custo do negócio parado. Quem já foi investigado sabe que não é um processo simples. Ações coletivas recentes, que são conhecidas pelo que foi publicado na mídia, são na casa de bilhões", disse Jabbur.

A Lei Anticorrupção foi sancionada em agosto de 2013 e determinou a punição de pessoas jurídicas que praticam atos de corrupção contra a administração pública. Essa lei foi regulamentada por decreto em 2015. Desta forma, os programas de compliance passaram a ser harmonizados com a legislação brasileira. Um dos grandes méritos da lei foi instituir a responsabilidade objetiva em casos de corrupção.

Sócio do escritório Mattos Filho, Thiago Jabor disse que o setor de petróleo e gás teria um nível elevado de risco de corrupção por exigir maior interação com autoridades regulatórias e aduaneiras. Ele defende maior simplificação e mais transparência nas relações de empresas com o setor público para reduzir os riscos de corrupção. "Temos quatro anos de lei. Temos um ambiente ainda jovem de regras."

Ele afirma que a preocupação das empresas com o tema também está relacionado ao amadurecimento do combate à corrupção no país. Segundo ele, a Polícia Federal realizava, em 2003, apenas 18 operações por ano. "Isso agora é o que a PF realiza por semana. São mais de 500 operações por ano. São riscos, portanto, mais presentes, e empresas começam a se preocupar com a cultura de compliance".

Em sua participação no painel, Gustavo Valente, diretor de operações da consultoria Becomex, comentou sobre o Operador Econômico Autorizado (OEA). Trata-se de um selo concedido pela Receita Federal para operadores logísticos que atuam dentro de padrões elevados de compliance. Seu detentores têm desembaraço mais ágil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Leilão Eletrobras

Os interessados em adquirir as participações da Eletrobras em 71 sociedades de propósito específico (SPEs) deverão entregar, hoje, os envelopes com as garantias. A entrega será na B3, em São Paulo, entre 10h e 14h. O leilão está marcado para quinta-feira às 10 horas. Os ativos estão divididos em 18 lotes, com preço mínimo total de R\$ 3,1 bilhões.

Caducidade da Eletrosul

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve declarar hoje, em sua reunião ordinária, a caducidade de contratos de transmissão arrematados pela Eletrosul em 2014, mas que ainda não foram executados. Em 2016, a Eletrosul iniciou negociações para venda do projeto, que envolve R\$ 4 bilhões em investimentos, para a Shanghai Electric. Em 2017, as duas companhias assinaram um memorando de entendimento, mas as conversas para a

transferência da concessão se arrastaram até sexta-feira, quando a chinesa informou que desistiu do negócio. O empreendimento, localizado no Rio Grande do Sul, será importante para garantir escoamento de energia na região. Como as conversas entre a Eletrosul e a Shanghai estavam atrasadas, a Aneel incluiu os projetos, redesenhados em novos lotes, no leilão de transmissão marcado para dezembro. Hoje, ao deliberar sobre a caducidade do contrato da Eletrosul, a agência reguladora deve confirmar os ativos no leilão de dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Opep leva petróleo ao maior nível em quase quatro anos

O petróleo consolidou ontem uma tendência de valorização que se desenha desde o fim do primeiro semestre. A expectativa de menor produção do Irã e da Venezuela, os problemas dos Estados Unidos para exportar e o baixo interesse da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados, como a Rússia, em elevar a oferta levaram os preços à máxima em quase quatro anos.

O primeiro contrato do Brent, com vencimento em novembro, subiu 3% na ICE Futures de Londres, para US\$ 81,20 o barril, maior valor desde novembro de 2014. Na máxima do dia, chegou a US\$ 81,39. Na Nymex, de Nova York, o WTI para o mesmo mês registrou valorização de 1,8% para US\$ 72,08. Desde o fim de maio, quando se iniciou uma onda compradora da matéria-prima, o Brent subiu 4,7% e o WTI, 7,5%. No ano, os dois tipos tiveram aumentos de 21,43% e 19,30, respectivamente.

Os ganhos animaram os investidores do setor. As ações da Exxon Mobil avançaram 1,68% na Nyse, a bolsa de Nova York, para US\$ 86,60, e as da Chevron subiram 1,23%, para US\$ 122,62. Em Londres, os papéis da Royal Dutch Shell fecharam em alta de 1,01%, para 25,95 libras (US\$ 34,10). A Petrobras reagiu bem à notícia e os papéis ordinários subiram 1,8% na máxima do dia, de R\$ 23,70, mas não resistiu ao pessimismo na bolsa. Petrobras ON caiu 0,52%, para R\$ 23,15, e PN recuou 0,7%, a R\$ 20.

Durante reunião no fim de semana, realizada na Argélia, Opep e aliados chegaram à conclusão de que não é necessário aumentar o ritmo de produção, mesmo com o saque mundial de estoques da commodity e a disparada da cotação. Eles, dessa maneira, se opõem diretamente ao presidente dos EUA, Donald Trump, que pressionou o cartel a "derrubar os preços" no Twitter.

"Em vez disso, a decisão continuou a ser de cumprir 100% dos cortes [em voga desde o começo de 2017]. Como a redução da oferta continuava acima do acordado, as nações determinaram que não havia necessidade de elevar a produção em 1 milhão de barris por dia", comenta Carsten Fritsch, do Commerzbank.

Para o banco Credit Suisse, o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado mundial necessariamente passaria pela participação da Opep no assunto. Atualmente, já há um déficit de oferta que está reduzindo os estoques mundiais - ou seja, se consome mais petróleo no planeta do que se extrai -, escrevem os analistas do banco. Há ainda a possibilidade de o Irã contribuir com menor oferta, dando maior impulso aos preços.

"Continuamos otimistas com a cotação do petróleo e o setor de exploração e produção em geral no mundo", escreve a instituição em relatório. "Acreditamos que o mercado está com oferta abaixo do consumo modestamente e continuamos a ver uma subavaliação dos preços na curva futura."

Consumo maior que oferta de barris no mundo pode levar cotação a US\$ 95 até junho, prevê BofA

Nos cálculos dos analistas, apesar de prometer elevar a produção em 1 milhão de barris por dia na reunião de junho, a Opep e seus aliados acrescentaram apenas 830 mil barris diários à oferta mundial desde então. O saque de estoques no quarto trimestre e em 2019 deve se aproximar de 400 mil barris por dia, projetam.

Mesmo antes da decisão da Opep, que animou os mercados hoje, o Bank of America Merrill Lynch (BofA) já havia previsto uma alta considerável dos preços até o ano que vem. Para os analistas da instituição, a postura dos Estados Unidos tornou-se mais agressiva em termos de sanções ao Irã, o que provavelmente fará o país cortar ainda mais sua oferta. A estimativa inicial era de uma redução em 500 mil barris por dia na produção iraniana. Agora, é de 1 milhão de barris por dia. Ao mesmo tempo, a demanda deve se manter quase a mesma que se esperava, elevando o déficit de 300 mil barris para 400 mil barris diários em 2019.

Por conta disso, o banco elevou sua estimativa para o Brent na média de 2019, de US\$ 75 para US\$ 80, e a do WTI também, de US\$ 69 para US\$ 71. As contas consideram ainda o Brent em US\$ 74,10, na média, durante 2018, e em US\$ 80 no fim do ano. Até junho de 2019, o barril pode subir a US\$ 95, acrescenta o BofA. O WTI deve ficar com média de US\$ 67,30 no ano, chegando a US\$ 70 em dezembro. O ponto máximo previsto pelo BofA é de US\$ 80 em junho de 2019.

O Citi vai além. A depender do comportamento da oferta, especialmente de Irã, Iraque, Líbia, Nigéria e Venezuela, é possível que a commodity atinja o patamar de US\$ 100 por barril já no fim de 2018. "O equilíbrio do mercado está muito precário e a falta de capacidade excedente pode fazer o preço chegar a US\$ 90 ou a até US\$ 100, caso todo o risco potencial se materialize", afirma o banco, em relatório. "Seria necessária uma intervenção cuidadosa da Rússia, da Arábia Saudita e dos Estados Unidos, em conjunto, para manter o mercado equilibrado."

Esse, contudo, não é o cenário principal considerado pelos analistas da instituição. A estimativa formal é de que o Brent fique em US\$ 80, na média, durante o quarto trimestre.

Mas nem todo o mercado está otimista com a commodity. A consultoria Capital Economics alerta para a possibilidade de arrefecimento da demanda ao longo do ano que vem. Na visão do economista Yasemin Engin, que assina o relatório, as economias de China e EUA vão desacelerar em 2019, consumindo menos petróleo. Os altos preços e o protecionismo em alta também devem pesar, acrescenta o texto. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Bloomberg | De Houston (EUA)

Título: Fornecedoras para setor de óleo e gás já ensaiam reação

As empresas de perfuração de petróleo em águas profundas estão de novo surfando a onda do entusiasmo dos investidores, para quem o próximo ano será melhor para os lucros. Mas desta vez parece que há uma chance maior de que isso realmente aconteça, de acordo com analistas do Credit Suisse e do Morgan Stanley.

Alguns dos maiores proprietários de plataformas que perfuram poços de petróleo em profundidades superiores a duas milhas, incluindo Transocean, Ensco e Diamond Offshore Drilling, tiveram altas expressivas de suas ações perto do fim de 2016 e de 2017, apenas para vê-las despencar no início deste ano, conforme a realidade se impunha.

"E cá estamos no meio de setembro e o mercado nos atrai novamente", escreveu ontem James Wicklund, analista do Credit Suisse, em nota para os investidores. "Esta vez, no entanto, estamos um ano mais perto de uma recuperação depois de quatro anos e meio de declínio, com as empresas

encarregadas das perfurações mais otimistas do que em muitos anos, com brotos pequenos, verde-claros, sendo vistos."

As empresas de perfuração offshore estão entre as ações que mais caíram com a pior crise do mercado de petróleo bruto em uma geração. De acordo com o Morgan Stanley, este ano marca o nível mais baixo de projeção de gastos com offshore desde que os preços do petróleo caíram pela primeira vez, em 2014.

Em nota aos investidores escrita no dia 18, o banco informou que a expectativa é que as empresas de prospecção ampliem seus gastos em 45%, para US\$ 188 bilhões até 2022. Enquanto isso, as grandes companhias de petróleo preveem o retorno do petróleo bruto a US\$ 100 o barril pela primeira vez desde 2014.

O aumento das perfurações em águas abertas também acontece num momento em que as operações com xisto em terra enfrentam obstáculos, de acordo com a Rystad Energy. Audun Martinsen, chefe de pesquisa de campos de petróleo da Rystad, disse no começo do mês que a renovação do interesse no offshore é motivada pela "drástica redução" nos seus custos, que permite às empresas de prospecção garantirem lucro mesmo com preços de petróleo mais baixos.

Os gastos com xisto devem chegar a US\$ 120 bilhões este ano, menos dos que os US\$ 160 bilhões estimados pela Rystad para os gastos globais com exploração offshore.

Wicklund avalia que, com mais plataformas sem uso abandonadas ao redor do planeta, a maior utilização de navios de águas profundas não se traduzirá em preços de aluguel significativamente mais altos até o fim de 2019. Transocean, a maior empresa de perfuração em águas profundas, que informou no começo do mês que poderia reativar até três plataformas por ano durante a recuperação, subiu 40% desde o início de abril.

No mesmo período, Rowan, sua rival menor, está em alta de mais de 60%. A Noble, que quase dobrou seu valor em pouco mais de cinco meses, anunciou na semana passada a compra de uma plataforma de águas rasas recém-construída, conhecida como "jack-up" por causa de seus pilares que se estendem até o leito oceânico e elevam seu corpo para fora da água. "Obviamente, o espaço das águas profundas, como qualquer um que acompanha a indústria sabe, sempre fica para trás no período de recuperação, como ocorre este ano", disse Julie Robertson, executivo-chefe da Noble.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: OEC almeja conquistar R\$ 4 bi em obras de energia**

A Odebrecht Engenharia & Construção (OEC), construção de obras pesadas do grupo Odebrecht, pretende ganhar R\$ 4 bilhões em encomendas de projetos na área de energia no Brasil nos próximos três anos. Neste momento, a companhia negocia quatro contratos neste setor. Os detalhes dos projetos em negociação, no entanto, não são revelados.

A disputa pelos novos contratos faz parte do novo posicionamento estratégico do grupo para o setor de energia (geração e transmissão, principalmente), após o turbilhão da Operação Lava Jato, que apurou pagamentos de propinas em contratos com a Petrobras. Superada essa fase, a OEC se vê diante de um cenário caracterizado por empreendimentos de menor porte, em relação às grandes hidrelétricas erguidas no passado, e por fontes de geração diversificadas.

"A energia continua sendo um dos principais focos da companhia. Queremos participar de forma relevante dessa nova forma do setor", afirmou Antonio Augusto Santos, gerente responsável pela área de energia na construtora. "No momento, estamos próximos de todos os segmentos [de energia], nesse novo modelo de consolidação".

A nova estratégia da Odebrecht, por exemplo, inclui obras de linhas de transmissão, experiência obtida pelo grupo no exterior, mas pouco utilizada no Brasil, onde a atuação maior se dava na construção das hidrelétricas. "Estamos trabalhando nos leilões", disse Santos, acrescentando que a empresa tem mantido conversas com investidores do segmento, com vistas ao próximo leilão de linhas de transmissão, previsto para 20 de dezembro e que ofertará 20 lotes, com investimentos estimados de R\$ 13,5 bilhões.

Dentro da carteira atual de projetos, a Odebrecht está concluindo as obras da usina de Baixo Iguaçu (PR), a terceira maior hidrelétrica em construção no país, com 350 megawatts (MW) instalados, atrás apenas de Belo Monte (11.233 MW, no Pará) e Sinop (400 MW, em Mato Grosso). A expectativa é que a primeira turbina da usina entre em operação em dezembro deste ano. As outras duas máquinas darão a partida em janeiro e fevereiro do próximo ano, respectivamente.

Empreendimento da Neoenergia e Copel, a usina tem investimento estimado em R\$ 1,6 bilhão. A usina é a última hidrelétrica a ser implantada no rio Iguaçu, um dos mais importantes do país em termos de geração de energia, com aproximadamente 7 mil MW instalados.

Segundo Fernando Rauhan, gerente da OEC responsável pela obra de Baixo Iguaçu, apesar da proximidade da usina com o Parque Nacional do Iguaçu, o empreendimento tem impacto ambiental relativamente baixo. Isso porque, da área total do reservatório, de 31,6 quilômetros quadrados, 57% são da própria calha do rio. Assim, a área inundada é de apenas 13,5 quilômetros quadrados.

No histórico, a Odebrecht diz que já construiu 86 hidrelétricas, totalizando 61 mil MW de capacidade, além de 17 termelétricas e de duas usinas nucleares. No setor de transmissão, a empresa já instalou 6,3 mil km de linhas.

Incluindo todos os segmentos de infraestrutura, a Odebrecht prospecta US\$ 71 bilhões em contratos ao redor do mundo, com expectativa de conseguir encomendas no valor total de US\$ 18 bilhões nos próximos três anos. Desse montante, cerca de 30% seriam no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petrobras extrai menos

A produção total de óleo e gás da Petrobras, Brasil e exterior, caiu 5,1% em agosto, ante julho, para 2,47 milhões de barris de óleo equivalente ao dia. Em julho, a estatal havia produzido 2,6 milhões de barris. Em comunicado ao mercado, a estatal ressaltou que a produção média acumulada no ano é de 2,6 milhões de barris ao dia, para uma meta anual de 2,7 milhões de barris. Do total, 2,35 milhões de barris foram extraídos no Brasil e 116 mil no exterior. A empresa informou ainda que o total operado por ela - que inclui a parcela própria e de terceiros - chega a 3,15 milhões de barris equivalentes, dos quais 2,99 milhões no Brasil. "A Petrobras mantém compromisso com a meta de produção divulgada no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022", afirmou a estatal.

Presidente da Renova

A Renova Energia informou ontem que seu conselho de administração aprovou a nomeação definitiva de Cristiano Corrêa de Barros como presidente-executivo da companhia. Em março, Barros havia sido escolhido para ocupar a presidência da Renova de forma interina, após a renúncia de Carlos Figueiredo Santos. O conselho também elegeu Claudio Ribeiro da Silva Neto como novo diretor vice-presidente de finanças, desenvolvimento de negócios e relações com investidores, cargo que também estava sendo exercido interinamente por Barros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume e Henry Sanderson | Financial Times, de Londres

Título: Fusão da Barrick com Randgold cria gigante no ouro de US\$ 18 bi

O acordo, que envolve apenas ações, vai criar a maior mineradora de ouro do mundo, com um valor de mercado de US\$ 18 bilhões, e que vai gerenciar algumas das mais lucrativas operações nos Estados Unidos e África.

O negócio também unirá duas das maiores personalidades da indústria mineradora de ouro: John Thornton, o ex-presidente do Goldman Sachs que comanda a Barrick desde 2014, e Mark Bristow, um combativo sul-africano que fundou a Randgold em 1995.

A união segue-se a um ano desanimador para o setor da mineração de ouro, que vem lutando para convencer grandes investidores de que pode gerar caixa suficiente para aumentar a produção e os retornos para os acionistas. A produção anual da Barrick caiu de mais de 8 milhões de onças uma década atrás, para os atuais 5,3 milhões de onças.

Embora o preço do ouro tenha caído 9% neste ano ao patamar de US\$ 1.200 a onça-troy (31 gramas), ponderado pela valorização do dólar as duas companhias se saíram ainda pior. As ações da Barrick acumulam queda de 30% no ano, enquanto as da Randgold apresentam desvalorização parecida, na medida em que a companhia enfrenta uma série de problemas que incluem uma greve em uma de suas maiores minas e a possibilidade de um novo e mais duro código minerador na República Democrática do Congo.

A nova companhia vai produzir 6,5 milhões de onças por ano, superando sua concorrente mais próxima, a Newmont Mining, listada nos EUA. O grupo será listado em Toronto e Nova York, o que significa que Londres perderá sua maior ação do setor de ouro.

"Nossa indústria tem sido criticada por seu foco no curto prazo, crescimento indisciplinado e retornos fracos sobre o capital investido", disse Bristow. "A companhia resultante da fusão será muito diferente. Seu objetivo será apresentar os maiores retornos do setor e para conseguir isso vamos precisar adotar uma visão muito crítica sobre nossa base de ativos e como vamos administrar nossos negócios, além de estarmos preparados para tomar decisões difíceis."

A companhia aumentada vai controlar algumas das maiores minas de ouro do mundo, incluindo as de Cortez e Goldstrike, que a Barrick tem no Estado de Nevada, e as minas de Kabli, controlada pela Randgold no Congo, e Loulo-Gounkoto no Mali.

O entrosamento de Thornton e Bristow na nova empresa vai determinar o sucesso do negócio, afirmam analistas. Thornton manterá sua posição de presidente executivo do conselho de administração e Bristow será o executivo-chefe, encarregado da condução das operações das minas no dia-a-dia. "Sempre temos reservas quando personalidades 'alfa' assumem a liderança conjunta de uma companhia", diz Hunter Hillcoat, analista da corretora Investec Securities.

Os dois executivos possuem opiniões bem definidas sobre o setor e como as mineradoras de ouro devem ser gerenciadas. Bristow vem criticando duramente concorrentes, inclusive a Barrick, por seu foco no curto prazo e planos de expansão indisciplinados.

O acordo, que envolveu apenas ações, avalia a ação da Randgold em cerca de 49 libras, seu preço de fechamento na Bolsa de Londres na sexta-feira. Os acionistas também terão direito a um dividendo de US\$ 2.

A Barrick está oferecendo 6,128 ações suas por 1 ação da Randgold e concordou com uma taxa de rompimento de contrato de US\$ 300 milhões. Os acionistas da Randgold controlarão 33,4% da companhia combinada, com o restante controlado por investidores da Barrick, sediada em Toronto. As ações da Randgold subiram 5% ontem em Londres, para 51,19 libras.

"Para Londres, o negócio é um desapontamento, tirando do mercado uma das duas empresas, de maior valor de mercado e liquidez [a outra é a Fresnillo]", disse Michael Stoner, analista da Berenberg.

A Barrick e a Randgold vinham discutindo uma possível combinação nos últimos três anos, mas as negociações se intensificaram nos últimos nove meses, com os dois executivos passando um total de 30 dias juntos, pesando os problemas envolvidos na transação.

Thorton afirmou: "Não há prêmios na fusão porque acreditamos piamente na oportunidade de agregar um valor significativo para os nossos acionistas a partir de uma gestão disciplinada da base combinada de ativos e um foco num crescimento realmente lucrativo".

A RBC Capital Markets destacou que a união poderá não ser bem-recebida pelos acionistas da Barrick porque a exposição que a Randgold tem com a África poderá deixar a nova companhia vulnerável a uma proposta da concorrente Newmont.

"Acreditamos que a Newmont ficaria bem posicionada para fazer uma oferta pela Barrick Gold, dado que uma combinação da Newmont com a Barrick poderia tirar vantagem de sinergias operacionais e com despesas gerais em Nevada de US\$ 300 milhões por ano", afirmou Stephen Walker, analista da RBC.

Como parte do negócio, a Shandong Gold, da China, uma das maiores produtoras de ouro chinesas, concordou em comprar US\$ 300 milhões em ações da Barrick Gold. A mineradora também vai comprar o equivalente em ações da Shandong Mining, uma subsidiária de capital aberto da Shandong Gold.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile | De Brasília

Título: Cade aponta aprovação de aquisição pela Omega

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) concluiu pela aprovação sem restrições da aquisição pela Omega de 50% do capital social das empresas que compõem o Complexo Pirapora. Essa operação levou à aquisição de 50% da participação societária da Omega nas empresas Alvo, detidas pela EDF EM e pela CSI UK. Esses negócios envolvem R\$ 1,1 bilhão.

"A operação gera sobreposição horizontal no mercado de geração de energia elétrica", informou a superintendência do Cade. Por outro lado, o órgão antitruste não identificou riscos à competição do mercado a partir do negócio entre essas empresas.

"As partes esclareceram que a totalidade da energia que será gerada pelo complexo pelos próximos 20 anos já foi negociada, disponibilizada e comercializada no Ambiente de Contratação Regulado por meio de contratos

provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário", continuou o Cade. "Conclui-se que a operação não suscita problemas anticoncorrenciais", ressaltou a superintendência.

Em outro negócio, a superintendência-geral do Cade deu parecer favorável à compra da Energias de Portugal (EDP) pela estatal China Three Gorges (CTG). O órgão concluiu que o negócio, que movimentou € 9,07 bilhões, em maio passado, não afeta o comércio no Brasil. "Diante das informações apuradas, em especial a baixa participação de mercado, conclui-se ser a operação proposta incapaz de alterar significativamente a estrutura dos mercados de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica em todos os cenários considerados e recomenda-se, pois, a sua aprovação, sem restrições", disse o Cade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Consumo de aço sobe; produção cai

O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos registrou alta de 11,4% em agosto, para 1,9 milhão de toneladas, na comparação anual. O levantamento, que reúne tanto as vendas de empresas locais quanto as importações, feito pelo Instituto Aço Brasil, manteve a tendência de avanço dos últimos meses.

No acumulado do ano até agosto, o consumo aparente foi de 13,8 milhões de toneladas, avançando 10% na comparação anual. É o terceiro mês consecutivo de alta no consumo, cuja curva de crescimento havia sido interrompida em maio, devido à greve dos caminhoneiros.

As vendas internas também cresceram no mês passado, alta de 9,2%, para 1,7 milhão de toneladas, ante agosto de 2017. No acumulado de oito meses, o crescimento foi de 10,2%, para 12,2 milhões de toneladas.

A produção brasileira de aço bruto no mês foi de 2,8 milhões de toneladas, queda de 3,7%. Para o acumulado do ano, a alta é de 2,5% em relação a 2017, para 23,1 milhões de toneladas.

Por produto, o aço laminado atingiu 1,9 milhão de toneladas em agosto, queda de 4,2%. No ano, o avanço ainda é de 4,8%, para 15,4 milhões de toneladas.

Já para os semiacabados o crescimento foi 1% no mês, para 881 mil toneladas. No acumulado de oito meses, a produção atingiu 6,5 milhões de toneladas, subindo 4,5%.

A entidade afirmou ainda que as importações subiram 28,8% em agosto, para 246 mil toneladas. Em valor, o avanço foi de 20,1%, para US\$ 251 milhões

No ano, o crescimento das importações é de 7,1%, para 1,7 milhões no acumulado de janeiro a agosto. Em valor, a entrada de produtos siderúrgicos atingiu R\$ 1,8 bilhão, subindo 23,2%.

Ontem, os mercados de produtos ferrosos chineses permaneceram fechados por conta do Festival da Lua, feriado nacional no país asiático. Em setembro, o minério de ferro acumula 4,21% na bolsa de Dalian. No acumulado do ano, a desvalorização da commodity ainda é de 4,8%.

MME / ASCOM .